

O QUE SIGNIFICA FALAR DE ÁFRICA? NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS POSICIONALIDADES DE PESQUISADORES BRASILEIROS EM PORTUGAL

WHAT DOES IT MEAN TO SPEAK OF AFRICA? NOTES ON THE CONSTRUCTION OF THE POSITIONALITIES OF BRAZILIAN RESEARCHERS IN PORTUGAL

Antonio Pedro de Barros ¹[0000-0001-5091-4589]

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), doutorando em
Antropologia
antoniopbarros@gmail.com

Resumo. A apresentação é parte de uma pesquisa em andamento, acerca das dinâmicas de produção social da ciência que emergem da intensificação das circulações acadêmicas entre o Brasil, Portugal e o continente africano. Essas circulações são ocasionadas por diferentes fatores. Por um lado, há em Portugal uma tradição mais antiga de se estudar “África”, que se localiza sobretudo nos estudos do desenvolvimento, e nas discussões que têm como eixo a noção de império português. Por outro, a produção científica que tem o continente africano como tema de investigação empírica cresceu consideravelmente no Brasil, sobretudo nos últimos 20 anos, consideravelmente motivada pelos movimentos antirracistas no Brasil e pelo interesse na diáspora africana. Junto a isso, ao longo dos anos 2000, o Estado brasileiro investiu na atração de estudantes africanos. No contexto que se estabeleceu a partir sobretudo de 2015, de crescimento da emigração científica dos pesquisadores e estudantes do Brasil, as discussões acadêmicas articuladas em torno do referente “África” em Portugal passam a contar progressivamente com maior participação de pesquisadores e estudantes brasileiros, e de africanos formados no Brasil. Nesse contexto, questiono como se forma a legitimidade dos discursos científicos sobre África que partem do Brasil para esta rede de produção científica altamente internacionalizada e que encontra alguns dos seus pontos de articulação mais importantes em alguns centros de ensino e pesquisa em Portugal. Apresento algumas considerações iniciais sobre o tema a partir de 1) a pesquisa etnográfica que venho realizando desde 2022, em que tenho observado analiticamente as interações nos ambientes acadêmicos; 2) entrevistas semiestruturadas, conduzidas a fim de elaborar as trajetórias acadêmicas e migratórias individuais; 3) uma genealogia inicial dos campos de estudos africanos no Brasil, e em Portugal, dedicada a compreender as suas respectivas particularidades.

Palavras-chave: Diáspora acadêmica brasileira, Antropologia do conhecimento, Portugal, Estudos africanos, Geopolítica do conhecimento

Abstract. This presentation is part of ongoing research on the dynamics of the social production of science that emerge from the intensification of academic circulation among Brazil, Portugal, and the African continent. These circulations are driven by different factors. On the one hand, Portugal has a longer-standing tradition of studying ‘Africa,’ located mainly in development studies and in discussions centered on the notion of the Portuguese empire. On the other hand, scientific production in Brazil that takes the African continent as a topic of empirical inquiry has grown considerably, especially over the last 20 years, substantially motivated by antiracist movements in Brazil and interest in the African diaspora. In addition, during the 2000s, the Brazilian state invested in attracting African students. In the context established particularly after 2015, with growth in the scientific emigration of researchers and students from Brazil, academic discussions organized around the referent ‘Africa’ in Portugal have progressively included greater participation by Brazilian researchers and students and by Africans educated in Brazil. In this context, I ask how the legitimacy of scientific discourses on Africa originating in Brazil is formed within this highly internationalized scientific production network, which has some of its most important points of articulation in teaching and research centers in Portugal. I present initial considerations on the topic based on: (1) ethnographic research I have conducted since 2022, analytically observing interactions in academic environments; (2) semi-structured interviews conducted to reconstruct individual academic and migratory trajectories; and (3) an initial genealogy of the fields of African studies in Brazil and Portugal, aimed at understanding their respective particularities.

Keywords: Brazilian academic diaspora. Anthropology of knowledge. Portugal. African studies. Geopolitics of knowledge.

Com alguma frequência, a audiência dos eventos acadêmicos das ciências sociais que acontecem em Lisboa é composta majoritariamente por brasileiros. No caso que começo a narrar agora não foi diferente. Na sala de aula em que aconteceu a palestra em questão, numa tarde quente de verão, havia sete pessoas originais do Brasil entre os doze presentes. Destes, seis eram brancos, incluindo eu mesmo e o organizador do evento. Além disso, havia dois outros estudantes de doutoramento brancos, um italiano e um português. Por volta de dez minutos após o início da fala do palestrante, chegaram juntos à sala mais três rapazes negros, cujas nacionalidades de origem só viria a conhecer alguns momentos depois.

A palestra consistiu oficialmente na apresentação dos resultados de uma pesquisa recém-concluída pelo orador, um investigador brasileiro localizado como professor de História da África numa universidade de prestígio no Brasil. Ele discorreu por cerca de uma hora a sua análise crítica acerca de um projeto de construção de nação por parte de uma elite estatal de um país em África formado a partir da emancipação do domínio colonial português. As ideias eram articuladas com grande desenvoltura entre as menções de nomes de personalidades importantes, de eventos históricos e movimentos políticos africanos.

Para mim, que não tenho especial familiaridade com a história do continente, chamou a atenção que a maior parte destas menções tenha sido feita sem grandes contextualizações, o que me fez perceber que a fala se dirigia a um público especializado.

De fato, após a fala terminar e ter sido aberto o espaço para discussão, ficou evidente que aquele conteúdo dialogava com a agenda de pesquisa da maior parte dos presentes. Havia uma certa avidez no ar por intervir, que foi logo gerida pelo mediador do evento. Ele enunciou como viria a ser a sequência das intervenções se referindo ao primeiro nome de cada um que havia se manifestado silenciosamente, antes mesmo de eles terem se apresentado. Isto me levou a concluir que, tal como é recorrente nos eventos acadêmicos que tenho frequentado como parte da minha pesquisa de campo em Lisboa, a maior parte dos presentes já se conhecia.

O primeiro a falar foi um senhor já com alguma idade, o que o destacava entre o resto do público de doutorandos e jovens investigadores. Ele escusou-se de se apresentar oficialmente, mas a sua disposição em discorrer eloquentemente por mais de dez minutos sobre detalhes da história do país que tinha sido o tema da palestra serviu como uma autoapresentação indireta enquanto um especialista no assunto. Sua fala evoluiu para uma espécie de avaliação conjuntural acerca da política conduzida por esse PALOP. Mais uma vez, a minha condição de leigo combinada com a abundância de siglas e de referências feitas sem contextualização pelo interveniente, impossibilitavam a minha compreensão total do seu comentário. Mas consegui ao menos captar que era elaborado sobre as ambiguidades suscitadas pela tentativa das elites africanas dirigentes dos estados recém-fundados de afastarem qualquer influência das antigas metrópoles. Depois de apresentar as suas próprias preocupações em conflito com o que seriam as implicações dessa política que era o tema do debate, usando o tom e um certo sorriso de canto de boca de quem apresentava ideias controversas, se aproximou da conclusão fazendo uma espécie de exercício autorreflexivo: “Parece que estou aqui defendendo o Ocidente, né? Ou estou?”

Seguiram-se outras quatro intervenções. Com a exceção de uma pesquisadora, que fez uma pergunta de teor metodológico, as outras intervenções consistiram mais em comentários em que levantavam questões a partir da comparação entre o conteúdo da palestra com os seus respectivos contextos empíricos de investigação em outros países africanos que haviam sido fundados a partir da emancipação do domínio colonial português. Tal qual a fala do orador, estas também eram articuladas por referências a episódios, personagens e siglas da história de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

Por fim, falaram dois, dos três rapazes, que haviam chegado atrasados. Ambos se apresentaram mais formalmente: eram naturais da Guiné-Bissau, estudantes de mestrado em Portugal e licenciados ambos na mesma instituição de ensino superior no Brasil. Saudaram o palestrante afirmando ser um privilégio poderem acompanhar o andamento da pesquisa, que já conheciam numa versão embrionária da altura inicial de suas formações acadêmicas. Feitos de forma muito objetiva, os seus comentários mantiveram-se curtos e a única comparação feita com outro contexto nacional foi com o próprio Brasil: um dos estudantes se referiu à teoria desenvolvida pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, em “A integração do negro na sociedade de classes” como um ponto de contraposição ao que seriam as relações raciais no país que foi o tema da apresentação.

Descrevo este episódio por ele ter representado uma inflexão no meu trabalho de campo, que até então vinha sendo conduzido tentando acompanhar as interações intersubjetivas que se dão na academia portuguesa entre pesquisadores brasileiros e os seus colegas internacionais. Esta sessão de palestra seguida de debate, realizada numa sala de aula pequena no início de um verão quente em Lisboa, foi o palco de um conjunto de tensões, hierarquias e performances que me ajudaram a reelaborar as minhas questões de pesquisa

de forma a me concentrar sobre as trocas e circulações acadêmicas que se dão no campo de Estudos Africanos em Portugal (na rede científica que se estabelece em torno dos estudos africanos em Portugal). Apresento, a seguir, um conjunto de questões elaborados a partir da cena narrada, que deverão servir para orientar uma nova fase da pesquisa e da construção da minha tese.

Pode parecer elementar demais fazer a seguinte ressalva, mas um dos maiores desafios de olhar antropológicamente para o ambiente acadêmico é o de exercer uma técnica cognitiva muito elementar da nossa disciplina: a desnaturalização. Peço, portanto, que me acompanhem nesse exercício de proceder a uma análise desta cena sem justificarmos de imediato as desigualdades e hierarquias que são estruturantes do nosso cotidiano laboral.

O primeiro ponto para o qual gostaria de chamar atenção é o protagonismo da fala construída a partir do Brasil sobre “África” num evento acadêmico em Portugal. Não só a posição de fala de maior destaque, a de orador, era ocupada por um brasileiro, mas também a do regulador da fala. Junto a isso, a maior parte do tempo de discussão, mesmo entre os que participavam enquanto público, foi ocupada pelos investigadores brasileiros. Além de terem sido os primeiros a receber a permissão para falar, foram também os que se expressaram com maior eloquência.

Cabe aqui fazer um parêntesis sobre método, relacionado à importância da oralidade nos espaços coletivos de produção do conhecimento das ciências sociais. Apesar de a autoimagem senso comum do acadêmico ser construída em torno do texto e da linguagem escrita, posso afirmar, após alguns meses de trabalho de campo, que as apresentações orais e os espaços de discussão oral são centrais para os pesquisadores, tanto para acompanharem os debates nas suas áreas, como para inscreverem as suas próprias investigações em redes de interlocução. Em suma, consistem em espaços importantes de estabelecimento de relações profissionais e de apresentação e afirmação do próprio eu-acadêmico. Não por acaso, em todos os eventos acadêmicos e salas de aula há sempre alguém responsável por gerir as falas, que costuma ser tomado pela função do mediador, ou a do professor. Essa gestão consiste sobretudo em estabelecer tempos e as ordens das falas e em definir quem tem possibilidade de intervir imprevistamente e quem não tem. A fala legitimada é um recurso de poder importante, e a concessão do tempo para tal tende a seguir as hierarquias de titulação acadêmica, mas também hierarquias sociais de outras ordens. Cabe pensar a quem é concedida, por exemplo, o tempo de uma hora para falar sobre um assunto qualquer na forma de palestra, ou quem são aqueles que têm os seus pedidos de intervenção educadamente negados em espaços de discussão muito concorridos. Quanto mais capitais válidos um participante tem, menos a sua fala tende a ser constrangida.

Para além do tempo, a eloquência é também um indicador importante do poder contido na fala acadêmica. Deixando de lado as características pessoais como a timidez ou a habilidade de falar em público, que costumam ser evocadas para justificar a desenvoltura das performances nos eventos e salas de aula, a fluidez na fala também é um indicador do grau de poder associado à posição de que é enunciada. Primeiro, porque ela demonstra uma incorporação e automatização dos códigos de conduta vigentes nos espaços acadêmicos. Segundo, porque as possibilidades de divagar, fazer conexões com assuntos exteriores à discussão, para usar do senso de humor, ou mesmo para incorrer em enganos, também crescem à medida em que sobe nas hierarquias estruturantes do espaço acadêmico.

A fala daqueles que já estão estabelecidos em funções de prestígio na academia não carrega o mesmo peso daquela enunciada por quem está ainda por busca de validação

pelos superiores ou de uma colocação. Manter a interlocução sobretudo com doutorandos fora do espaço acadêmico oficial tem me permitido observar como as mesmas pessoas que discorrem sobre os seus próprios interesses e são capazes de elaborar reflexões e críticas altamente complexas numa conversa de café com outros colegas acabam por não se expressar nos eventos acadêmicos ou acabam por se expressar de modos extremamente sucintos e por vezes truncados. Do ponto de vista do peso que as hierarquias acadêmicas têm sobre a conduta dos investigadores e doutorandos, é interessante o exemplo de alguns interlocutores doutorandos que, mesmo já partindo de carreiras estabelecidas em outras áreas em que a autoexpressão oral também é valorizada, relatam sentir o mesmo grau de nervosismo e inibição nos espaços acadêmicos oficiais que colegas mais inexperientes, e tendem a se colocar de maneira muito parecida.

Por isso, analisar os tempos das falas e o grau de eloquência com que são feitas por participantes de eventos acadêmicos junto aos seus capitais acadêmicos (como relações pessoais no campo, controle de recursos financeiros ou de posições institucionais, prestígio da própria produção intelectual) e aos seus marcadores sociais (como de gênero, de classe, de raça, ou de origem étnico-nacional) se converteu numa técnica importante para compreender os significados das interações que se travam no ambiente acadêmico, e para mapear os eixos de poder que se estabelecem entre pessoas, disciplinas, ideias, agendas de pesquisa e instituições.

No caso do evento que narro, é possível que a diferença entre a conduta dos pesquisadores e dos doutorandos brasileiros e os estudantes de mestrado africanos nesse evento possa ter a ver com o peso que as hierarquias acadêmicas têm nos contextos de interação e com os níveis diferentes de desenvoltura que um mestrando e um investigador-sênior se permitem ter. No entanto, suspeito que há outros fatores que constroem a legitimidade dessas falas, que têm a ver com a constituição do campo de estudos africanos no Brasil como um local disciplinar-geográfico legítimo e autorizado para falar sobre África internacionalmente. Nesse sentido, coloco a proposta de compreender como se constrói essa autoridade/legitimidade, e o escopo do seu alcance. Pode parecer elementar que um cientista social escolha como base da sua investigação, e até mesmo da sua construção de carreira, um contexto social ou nacional alheio à sua experiência imediata. A antropologia, em especial, tem a missão de estudar o outro incrustada na sua própria identidade disciplinar, e, por isso, me concentrarei agora sobre ela, por ser paradigmática quanto à questão de escolha do objeto. O outro que um antropólogo pode estudar não é um outro qualquer – mas sim um outro que seja legitimado enquanto objeto de estudo no contexto acadêmico científico em que ele se quer inserir. O processo dessa legitimação envolve, naturalmente, fatores científicos, mas que estão associados aos interesses de outras ordens que proporcionam a infraestrutura para que a investigação antropológica possa acontecer. Essa relação é muito clara e já amplamente conhecida na relação entre a história da antropologia e as necessidades de aperfeiçoamento do governo colonial das populações que viviam sob os territórios dominados pelos grandes impérios europeus, ou sobre as pesquisas que foram financiadas nos Estados Unidos para contribuir para o aperfeiçoamento de estratégias de guerra.

O outro que se converte num objeto de estudo legítimo é um outro que cruza, de alguma forma, o horizonte de interesses dos financiadores públicos ou privados da pesquisa. Não por acaso, não temos no Brasil um campo estabelecido como de Estudos Escandinavos, ou em Portugal um de Estudos da Ásia Central. Acredito que, ainda que um investigador brasileiro pudesse conduzir uma pesquisa de campo na Suécia ou um português no

Quirguistão, eles careceriam da rede de interlocução, de oportunidades de financiamento e de reconhecimento público que são basilares para a condução de investigação e em termos de oportunidades de construção de carreira.

No mais, falar de um **outro** é um gesto de poder, algo que é reconhecido e elaborado pela própria reflexividade disciplinar da antropologia – mas também de outras disciplinas. As tradições disciplinares nacionais que se voltam para estudar contextos estrangeiros são aquelas que se vêem embutidas de uma função de centros de interesse internacional, por reivindicarem para si a capacidade de generalização teórica.

Na perspectiva crítica do campo que vou denominar aqui de “geopolítica do conhecimento”, os fluxos globais de ideias, pesquisadores e teorias nas ciências sociais obedecem a uma lógica hierarquizada entre norte e sul, ou centro e periferia. A maneira de nomear esse par conceitual varia consoante as preferências teóricas dos autores que escrevem sobre o assunto, mas, no geral, a descrição do mecanismo é muito semelhante. Nesse modelo, há então aqueles que estão no polo dominante (o centro, o norte global, a metrópole), que produzem e disseminam teoria e são autorizados a falarem de si mesmos e dos contextos alheios; em oposição ao polo dominado (a periferia, o sul global, o colonizado) que consome teoria, replica-a fora de contextos exemplares e devolve material empírico baseado na própria contexto local para os que estão no polo dominante.

Apesar de ser o lugar de *européu* ou de *sede da antiga metrópole* ser reivindicado enquanto posicionalidade indiretamente com frequência pelos pesquisadores portugueses; e o lugar do *terceiro mundo*, do *colonizado*, do *periférico*, aparecer com frequência na autocompreensão dos pesquisadores brasileiros acerca do próprio lugar que ocupam relativamente ao contexto português, não encontro uma correspondência entre o antagonismo estruturante desse modelo analítico e a materialidade das relações que tenho observado em campo. Como sempre, um modelo analítico não comporta a complexidade do real, mas nesse caso, a utilização desse modelo obscurece os diferentes graus de privilégio entre os pesquisadores brasileiros que têm a ver com filiação institucional, e marcadores sociais que têm influência sobre o grau de legitimidade e autoridade que conseguem alcançar.

Apesar da sua inadequação analítica à empiria das triangulações académicas entre Brasil, Portugal e “África”, gostaria de reter da discussão da geopolítica do conhecimento a ênfase nas relações de poder que estruturam as circulações internacionais de dados empíricos, pessoas, teorias e ideias e que têm efeitos materiais reais, por exemplo, no grau de legitimidade, financiamento e prestígio de diferentes carreiras, ideias, ou agendas de pesquisa. Se o lugar do Brasil e o de Portugal nos arranjos binários como norte e sul global são mais incertos, é muito claro o prestígio que o “norte” mais clássico continua a ter nas interações que tenho observado. O falar inglês ou francês fluentemente, e as diversas formas de associação do currículo de um investigador às universidades do Reino Unido, França e Estados Unidos, sobretudo, continuam a representar capitais importantes, ou ao menos operam como insígnias de prestígio, nas interações que acontecem no ambiente académico português. Entender como o que este “norte” global clássico representa e como ele é mobilizado no campo de estudos africanos em Portugal é algo que ainda não tenho material o suficiente para elaborar, mas que está presente como um eixo de observação.

No evento descrito no início deste texto, há eixos de poder relativamente claros, apesar de a nacionalidade de origem de cada um dos participantes e a sua suposta colocação num arranjo geopolítico global não ser o fator primordial de definição de um polo dominante e um polo subalterno. Por um lado, a academia portuguesa serve como anfitriã

e financiadora da conferência. Em muitas das trajetórias de investigação que me têm sido narradas em campo, Portugal aparece como um entreposto importante entre as agendas de pesquisa desenvolvidas no Brasil e o continente africano. Com frequência, os meus interlocutores narram só poderem ter tido acesso a contatos pessoais, arquivos e temáticas através da academia portuguesa, ou mesmo terem “descoberto” a possibilidade de conduzir uma pesquisa no continente africano em Portugal. Além disso, as universidades e centros de investigação portugueses se tornaram, nos últimos anos, um destino importante de uma diáspora científica brasileira causada pelos efeitos que a crises políticas e a ascensão da extrema-direita tiveram sobre o sistema de financiamento à ciência e a educação no Brasil.

Por outro lado, as pesquisas que têm sido desenvolvidas por estes investigadores se inserem ou dialogam primordialmente com as agendas político-científicas sediadas no Brasil. É raro encontrar, em Lisboa, quem tenha vindo para Portugal atraído pelo trabalho de pesquisa ou teorias desenvolvidas pelos pesquisadores ou instituições locais, apesar desta ser muitas vezes a justificativa oficial do deslocamento. As escolhas têm a ver muito mais com a adequação percebida das instituições, dos corpos docentes e de investigadores aos interesses e às propostas de pesquisa que esses estudantes já trazem do Brasil, mais do que com o desejo de se integrar a uma agenda científica local. Às vezes, aparece mesmo por um cálculo de como determinada instituição ou relação pessoal possível ali pode facilitar o estabelecimento de contato com contextos empíricos de investigação ou com instituições académicas no continente africano. Ou seja, no referencial destes pesquisadores, o lugar do referencial teórico costuma estar localizado algures, e não em Portugal. No que diz respeito aos estudos realizados em África, costuma estar localizado nas redes científicas das quais as instituições e pesquisadores brasileiros fazem parte. Este dado é especialmente contraditório à caracterização da academia brasileira e da posicionalidade que os seus pesquisadores ocupam como periférica e subalterna.

Mais contraditório ainda a essa caracterização é o próprio ato de falar sobre um outro, ou um outro lugar, localizado fora das fronteiras do território administrado pelo Estado brasileiro. A internacionalização na academia brasileira não é nova, e está na sua própria gênese. Mas o tipo de internacionalização que tem se dado com o continente africano sim. Se, por muito tempo, o Brasil investiu em internacionalizar a formação académica dos seus investigadores e os quadros docentes das suas instituições de ensino, as trocas atuais com o continente africano são baseadas na internacionalização dos corpos discentes e das agendas de pesquisa. Em primeiro lugar, porque o Brasil passou a acolher um número grande de estudantes de graduação e pós-graduação africanos nas suas universidades, graças ao Programa de Estudante-Convênio. O programa cria condições jurídicas para que os naturais dos países considerados em desenvolvimento pelo Estado brasileiro possam estudar nas universidades públicas brasileiras e terem condições facilitadas para residência no país. Os três estudantes de mestrado do episódio que inicia este texto eram parte deste fluxo e um efeito possível mais propriamente científico deste tipo de internacionalização pode ser indicado pelo comentário que um deles fez em que usou a argumentação da obra do Florestan Fernandes para interpretar as relações raciais no contexto angolano. Ou seja, a obra deste sociólogo brasileiro foi ensinada, ou ao menos recebida pelos estudantes, enquanto um paradigma teórico com capacidade de generalização para além do contexto empírico a partir da qual foi produzida.

Por sua vez, a internacionalização das agendas de pesquisa no Brasil é representada sobretudo pelo campo dos Estudos Africanos. Apesar de se encontrarem institucionalizados no Brasil desde os anos 1960, o volume atual de pesquisas realizadas

neste campo e a sua capacidade de difusão e legitimação junto a outras áreas científicas começam a crescer exponencialmente no início dos anos 2000. Isso representa um fenômeno novo nas ciências sociais brasileiras que, até então, manteve o seu escopo de interesses relativamente contido dentro dos limites territoriais do Estado-nação. Visto isso, coloca-se aqui um primeiro conjunto de questões que têm a ver com as relações de poder envolvidas nessas circulações: qual é a conjuntura que permite a ascensão de um campo de estudos africanos no Brasil e quais são as relações de poder que ela implica com o continente africano? Qual é o lugar da academia portuguesa nessa interlocução e quais são os efeitos das circulações acadêmicas entre estes três pólos em termos da consolidação de agendas científicas, de referências teóricas, de posicionalidades institucionais ou subjetivas privilegiadas para a produção de conhecimento?

Muitos dos meus interlocutores associam a expansão do campo e do interesse acadêmico em África à aprovação da lei 10639, no início dos anos 2000. Ela torna obrigatório o ensino de História da África e de História e Cultura Afro-brasileira na rede de ensino básico no país. Essa obrigatoriedade é tida como uma conquista pelos movimentos negros e antirracistas no Brasil e foi resultado de anos de reivindicações contra a maneira eurocentrada de se contar a história do país e da sua composição social. E esse senso de conexão entre o ato de realizar pesquisa em/sobre África e o movimento antirracista no Brasil é praticamente naturalizado entre muitos dos meus interlocutores, e reivindicado de maneira mais consciente por outros.

Mas, via de regra, a associação está feita, motivada também pela história frequentemente narrada pelos participantes do próprio campo, que tomo aqui como uma espécie de mito de origem deste campo científico. Os primeiros cientistas sociais brasileiros a direcionarem os seus olhares para o continente africano estariam motivados a entender as raízes culturais dos descendentes dos africanos escravizados no Brasil e em como as suas culturas originárias marcaram a formação cultural brasileira. Ainda que o teor lusotropicalista embutido nessa proposta seja hoje altamente questionável, é importante destacar aqui que essa era uma proposta altamente contra-hegemônica no contexto de então, marcado ainda pela circulação do racismo científico, da manutenção de uma identidade nacional branca e “europeia”, de mecanismos de exclusão simbólicos dos descendentes de africanos enquanto nacionais brasileiros. Junto a isso, haveria um interesse de um segmento mais específico de uma esquerda acadêmica -- clandestinizada pelos sucessivos regimes autoritários que comandaram o Estado brasileiro -- que surge do sucesso das guerras de independência em África. Entender o pensamento emancipatório e as discussões sobre a construção de nações independentes chama atenção daqueles que estão animados em projetos de revolução no Brasil. Tratam-se, portanto, de dois conjuntos de motivações que na altura eram minoritários e que desafiavam um determinado *status quo*. Muitos dos pesquisadores brasileiros especializados em África com quem tive a oportunidade de dialogar buscam se filiar, de maneira mais ou menos explícita, a estas perspectivas teórico-políticas.

No entanto, apesar da expansão do campo de estudos africanos coincidir, de fato, com a aprovação da lei 10639, ela também coincide com o crescimento do investimento econômico brasileiro no continente africano e da aproximação com o continente como uma prioridade da política externa brasileira. O continente africano viu, nos anos 2000, a entrada das multinacionais brasileiras, como a Vale do Rio Doce, da Petrobrás; das empreiteiras e empresas de engenharia brasileiras, como a Odebrecht e a Andrade Gutierrez; o aumento das chamadas “cooperações” entre setores do Estado brasileiro e de Estados africanos; de consolidação de outras formas de *soft power* brasileiro. Enfim, não foi só no âmbito acadêmico que as trocas com o continente africano se proliferaram.

A partir disso, coloca-se um segundo conjunto de questões que têm a ver com a genealogia e a expansão recente do campo de estudos africanos no Brasil, para além dos discursos internos ao próprio campo, que costumam associá-las aos avanços das lutas sociais contra a desigualdades raciais ou a fatores exclusivamente científicos, como o resultado do amadurecimento e da complexificação de temas clássicos da historiografia e das ciências sociais brasileiras. Mais especificamente, seria importante identificar se esse outro conjunto de motivações, que chamarei aqui de extra-científicas, estiveram na base da expansão do campo de estudos africanos no Brasil, e também se exerceram alguma influência sobre o tipo de agenda de pesquisa que tem sido conduzida com referência ao continente; sobre como os pesquisadores brasileiros concebem a sua própria posicionalidade perante os temas e interlocutores ancorados em África; e sobre os destinos que os discursos científicos sobre África têm encontrado. Quanto a este último ponto, cabe destacar que os currículos de alguns dos mesmos pesquisadores são pontuados por trabalhos de consultoria prestados à companhias privadas brasileiras atuantes em África.

Mas se estas consultorias fazem parte da trajetória profissional de um nicho específico entre os pesquisadores brasileiros especializados no continente africano, as passagens de curta ou longa duração por Portugal são muito mais generalizadas. Ao mesmo tempo os eventos acadêmicos e situações em que se debate África em Portugal, costumam ter a presença algo destacada de brasileiros e ser pontuado com referências entrecruzadas ao Brasil.

Mais curiosa ainda é a presença discreta de “Portugal” no campo de estudos africanos no Brasil. Menciono aqui, a título de ilustração, o fato de os três fundadores dos três primeiros centros de estudos africanos no Brasil terem as suas biografias marcadas por Portugal. Agostinho da Silva, fundador do Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia, foi um importante intelectual português. Fernando Augusto de Albuquerque Mourão e José Maria Nunes Pereira, respectivamente fundadores dos centros de estudos africanos da Universidade de São Paulo, e da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, eram ambos brasileiros lusodescendentes diretos que tiveram longas experiências de residência e mobilidade estudantil em Portugal.

E isso leva a uma questão mais geral que é: qual é a importância de Portugal na formação do campo de estudos africanos no Brasil? E o que torna Portugal uma posição geográfica privilegiada para falar de África, no geral?

Sem dúvida, há um campo académico-científico sobre África já largamente estabelecido em Portugal, que está associado à experiência colonial, as migrações pós-independência e o balanço das construções intersubjetivas entre a metrópole e as colónias. Há também um dado aparentemente mais material que é o fato de Portugal concentrar uma documentação a respeito da administração colonial, que costuma ser elencado como fator de atração, especialmente pelos historiadores. Portugal, enquanto centro de comando do império que está na gênese do que é hoje o Brasil, e da construção das relações entre os dois lados do oceano Atlântico, parece converter-se naturalmente num mediador entre estas duas partes do mundo historicamente interligadas.

Esta aparenta ser uma espécie de senso comum não-dito acerca do lugar de Portugal. Há uma resposta que parece quase automática, e que naturaliza a centralidade de Portugal nas relações arolusobrasileiras, que é a do papel histórico de colonizador assumido por Portugal no Brasil, e o seu papel no tráfico negreiro. No entanto, no que se refere às circulações científicas, nada disso é evidente ou natural, por mais que possa parecer da perspectiva de quem vive emicamente os debates da academia portuguesa. O

imperialismo português e a experiência colonial como os vetores de construção de relação e interesse epistêmico no continente africano são uma construção teórico-política, alimentadas sobretudo por discursos a partir de Portugal.

É visível a onipresença de discussões articuladas a partir das noções de colonialismo e de império português na academia portuguesa hoje. Ou melhor dizendo, é inquestionável a legitimidade dos temas que derivam da experiência colonial e do imperialismo português na área das ciências sociais. Não por acaso, são estes mesmos temas que trazem a Portugal muitos pesquisadores internacionais, não só brasileiros. Tivemos, por exemplo, uma pesquisadora que veio a Lisboa para construir um projeto de investigação que tematiza as histórias trans imperiais entre os domínios oficialmente portugueses e os ingleses no sul da África, e entender o papel que a construção imperial tem na narrativa hegemônica de nação em Portugal. No âmbito teórico isso também se repete. Presenciei, com menos de um mês de distância entre si, ao menos dois investigadores vinculados a universidades de grande prestígio internacional, a passarem pela academia portuguesa na condição de conferencistas com falas sobre a importância de descolonizar o conhecimento, e as contribuições da filosofia africana e do pensamento anticolonial para este processo.

O prémio Amílcar Cabral, inaugurado em 2021 é um exemplo da materialização do espaço que foi aberto e reivindicado na academia portuguesa para os temas associados ao colonialismo e imperialismo. Na descrição apresentada no site oficial do evento, o prêmio “visa promover a investigação científica e o debate público sobre as resistências anticoloniais e os processos coloniais que marcam a história do mundo, do século XV até à atualidade. Destinado a investigadores/as de qualquer nacionalidade, recém-doutorados em universidades nacionais ou estrangeiras, este prémio atribui, anualmente, uma bolsa de investigação em Lisboa para desenvolver atividades científicas e culturais durante um mês em equipamentos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural), nomeadamente no Padrão dos Descobrimentos” (2023, <https://egeac.pt/premio-amilcar-cabral-2022-2-a-edicao/>). A dinâmica que se coloca é a de atribuir uma distinção a algum trabalho de excelência sobre o pensamento anticolonial a partir de Portugal e de trazer esse vencedor para desenvolver uma investigação em Portugal. Independente das intenções envolvidas, a dinâmica deste prêmio atrai para Portugal a discussão sobre os imperialismos e anticolonialismos internacionais. É um mecanismo de construção de uma posição legítima de Portugal como um centro de produção sobre um assunto de interesse global. O ganhador da primeira edição do prêmio foi um pesquisador norte-americano com um artigo publicado sobre árabe, e foram feitas menções honrosas pelo júri a outros dois pesquisadores baseados em universidades no Reino Unido.

O eixo temático “África” por vezes se confunde com o do império, mas constitui um outro conjunto de interesses intelectuais distintos que também parece atrair um número considerável de pesquisadores estrangeiros para Portugal. Posso mencionar o caso de uma antropóloga que passa um período como investigadora visitante em Lisboa decorrente de uma rede de interlocução que estabeleceu em torno da sua pesquisa em Moçambique. Outro pesquisador estabeleceu o seu vínculo temporário a uma instituição académica portuguesa a partir do seu trabalho de campo sobre religiosidade em Cabo Verde. Ou ainda mais paradigmático sobre isso foi o caso de uma estudante de doutoramento que conta ter decidido realizar pesquisa em Moçambique posteriormente à sua decisão de morar em Lisboa: ela apostou que, por ser uma ex-colônia portuguesa, seria um terreno de investigação prestigiado em Lisboa e que lhe daria chances de

inserção profissional maior. Também já me deparei com doutorandos que, nas suas fases de formação anteriores em Portugal, foram estimulados pelos seus orientadores a redirecionarem os seus interesses e a construir projetos de investigação a serem desenvolvidos sobre contextos africanos.

Portanto, cabe entender como, do ponto de vista das relações sociais que estruturam a vida académica, o “falar sobre África” reproduz-se em Portugal como um ato de saber legitimado, e sobretudo, prestigiado. Torna-se importante compreender também se e como as relações com o continente africano operam enquanto um fator de internacionalização e de atração de interesse dos grandes centros de produção de conhecimento. Não mencionei as nacionalidades dos pesquisadores no parágrafo anterior a fim de dificultar que sejam identificados, mas a maior parte destes pesquisadores que vêm a Portugal tendo “África” como fio condutor das suas investigações vieram dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha e França -- países mais indubitavelmente associados aos polos dominantes, no que diz respeito às dinâmicas globais de produção de conhecimento nas ciências sociais.

O conhecimento académico sobre África se institucionaliza em Portugal, tal como em outras ex-metrópoles, motivado pelas relações coloniais com o continente. Esta é uma história já muito conhecida e algo consensual entre os atuais pesquisadores da área, que majoritariamente se veem impelidos a se posicionar diante desse passado disciplinar. Atualmente, a necessidade de fazer a crítica do que foi o imperialismo português e de se fazer uma espécie de inventário dos seus efeitos nefastos parecem ser das principais motivações de se olhar e tematizar o continente africano. Este consiste num conjunto de motivações e um ponto de partida distintos daquele do campo de estudos africanos no Brasil, oficialmente motivado pela questão das desigualdades raciais no país. Ainda que possam encontrar pontos de interseção, essas perspectivas resultam em agendas de pesquisa distintas, realizadas com olhares distintos. Para além disso, há uma outra corrente do campo dos estudos africanos atuante tanto no Brasil, como em Portugal, que se posiciona contra a projeção de questões “domésticas” sobre o continente africano e defende uma espécie de conhecimento mais motivado pelas questões de cada contexto, numa lógica mais próxima dos *area studies*.

Portanto, a partir da observação empírica das interações académicas no campo de Estudos africanos em Portugal, procuro compreender também como esses diferentes olhares interagem. Correndo o risco de simplificar de uma maneira pouco elogiosa, como a ideia de África enquanto projeção da nacionalidade portuguesa sobre o mundo, a ideia de África enquanto origem da nacionalidade brasileira, e a ideia de “África por África” promovem agendas de pesquisa, modos de olhar, geografias diferentes do que é a África válida a ser abordada em cada um destes contextos académicos. Como compreender os efeitos dos cruzamentos entre estes três olhares? Quais são as tensões e os pontos de interlocução que se estabelecem entre essas perspectivas?